



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# 4º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 1995 -



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01) Indique a afirmativa correta:

- a) O surgimento do Estado coincide com o surgimento do homem, não havendo, desde então, qualquer evolução no conceito de Estado.
- b) O surgimento do Estado não coincide com o surgimento do homem. Nasceu da vontade deste, que o tem modificado através dos tempos.
- c) O surgimento do Estado não coincide com o surgimento do homem. Embora tenha nascido da vontade deste, não pode ser por este modificado;
- d) O surgimento do Estado coincide com o surgimento do homem, que o tem modificado através dos tempos;
- e) O surgimento do Estado antecede o surgimento do homem.

02) Qual a opção que reúne os elementos mais comumente tidos como essenciais à existência do Estado?

- a) Povo, Território e Poder.
- b) Território e Poder.
- c) Poder e Povo.
- d) Poder, Território, Povo e Religião.
- e) Pluralismo partidário, Território e Povo.

03) Quem é o titular do Poder Constituinte?

- a) o Presidente da República, Chefe do Poder Executivo.
- b) o Poder Legislativo.
- c) o Povo.
- d) o Poder Judiciário.
- e) o Partido Político com maior representação no Congresso Nacional.

04) Classifique, quanto à forma e quanto ao conteúdo, um Decreto que declare de utilidade pública, para fins de desapropriação, determinado imóvel.

- a) lei no sentido formal e ato administrativo no conteúdo - lei em sentido meramente formal.
- b) ato administrativo na forma e lei no conteúdo - lei no sentido meramente material.
- c) lei na forma e no conteúdo.
- d) ato administrativo na forma e no conteúdo.
- e) nenhuma das opções anteriores está correta.

05) Classifique, quanto à forma e quanto ao conteúdo, uma hipotética lei ordinária que haja estipulado o pagamento de uma pensão mensal vitalícia a uma determinada pessoa, que ela (lei) expressamente indica.

- a) lei no sentido formal e ato administrativo no conteúdo - lei em sentido meramente formal.
- b) ato administrativo na forma e lei no conteúdo - lei no sentido meramente material.
- c) lei na forma e no conteúdo.
- d) ato administrativo na forma e no conteúdo.
- e) nenhuma das opções anteriores está correta.

06) Quais das opções que se seguem é verdadeira?

- a) Confederação resulta da união indissolúvel de Estados não soberanos.
- b) Federação é uma forma de Estado resultante da união de Estados membros que, no entanto, mantêm, cada qual, a sua soberania.
- c) Confederação é sinônimo de Federação.
- d) Federação é uma forma de Estado que detém a soberania, resultado da união de Estados membros igualmente soberanos.
- e) Federação é uma forma de Estado que detém a soberania, resultado da união de Estados membros não soberanos, mas simplesmente autônomos.

- 07) Quais as três funções clássicas que cabem ao Estado (Princípio da "Tripartição dos Poderes" - princípio da tripartição das funções do Estado)?
- a) educar, prestar saneamento básico e garantir o pleno funcionamento dos serviços de saúde.
  - b) legislar, administrar e julgar.
  - c) legislar, educar e garantir as liberdades individuais.
  - d) administrar, garantir o pleno funcionamento dos serviços de saúde e buscar o pleno emprego.
  - e) instituir tratamento isonômico a todos, garantir condições mínimas de subsistência à população e prestar serviços de segurança.
- 08) O Estado do Rio de Janeiro é um(a):
- a) pessoa jurídica de direito privado.
  - b) pessoa física.
  - c) pessoa jurídica de direito público.
  - d) ente sem personalidade jurídica.
  - e) nenhuma das opções anteriores está correta.
- 09) Por meio de Decreto o Presidente da República institui um novo tributo. Sabendo-se que o ato normativo contém apenas um defeito, informe qual o princípio constitucional que é vulnerado.
- a) princípio da legalidade.
  - b) princípio da irretroatividade.
  - c) princípio da anterioridade.
  - d) princípio da capacidade contributiva.
  - e) princípio da anualidade.
- 10) Quais as condições constitucionalmente exigidas para a concessão do Mandado de Segurança?
- a) periculum in mora e ofensa a direito indisponível.
  - b) periculum in mora, ofensa a direito indisponível e conveniência de que não seja dada publicidade à ação.
  - c) ato abusivo ou ilegal, praticado por autoridade pública (ou por agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público), que ofenda direito líquido e certo.
  - d) ofensa ao princípio da legalidade.
  - e) cerceamento à liberdade de locomoção.
- 11) É da competência exclusiva da União, exceto:
- a) emitir moeda;
  - b) manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;
  - c) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
  - d) distribuir gás canalizado;
  - e) decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa e a Intervenção Federal.

- 12) Têm legitimidade para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra Lei Federal, exceto:
- a) Prefeitos Municipais;
  - b) Mesa do Senado Federal;
  - c) Mesa da Câmara dos Deputados;
  - d) Governador de Estado;
  - e) Presidente da República.
- 13) Assinale a afirmativa incorreta:
- a) A lei não pode ofender o direito adquirido;
  - b) O titular do poder constituinte é o povo;
  - c) As Constituições rígidas são aquelas que só podem ser alteradas por um processo qualificado de reforma;
  - d) As Constituições escritas são aquelas compreendidas em um único documento;
  - e) A Constituição Federal de 1988 caracteriza-se por ser semi-rígida.
- 14) É da competência dos Estados instituir Imposto sobre:
- a) serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar;
  - b) propriedade de veículos automotores;
  - c) propriedade territorial rural;
  - d) propriedade predial e territorial urbana;
  - e) produtos industrializados.
- 15) Compete aos Municípios:
- a) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
  - b) legislar sobre desapropriação;
  - c) conceder anistia política;
  - d) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;
  - e) legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- 16) O prazo de validade do concurso público será, de acordo com a Constituição Federal, de até:
- a) 6(seis) meses;
  - b) 1(um) ano;
  - c) 2(dois) anos;
  - d) 3(três) anos;
  - e) não existe prazo de validade.

- 17) Sobre os servidores públicos é incorreto afirmar que:
- a) após 2 (dois) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público adquirem estabilidade;
  - b) o servidor público estável somente perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
  - c) os ministros do Supremo Tribunal Federal ocupam cargos vitalícios;
  - d) o servidor público estável somente perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
  - e) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- 18) Sobre o sistema orçamentário é correto afirmar que:
- a) o plano plurianual é de iniciativa do Poder Legislativo;
  - b) é vedado aos parlamentares apresentarem qualquer tipo de emenda à lei orçamentária anual;
  - c) é possível a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
  - d) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa;
  - e) em qualquer hipótese é possível a vinculação de receita de impostos a órgão, Fundo ou despesa.
- 19) A idade mínima para que um cidadão possa ser eleito como vereador é de:
- a) 18 (dezoito) anos;
  - b) 21 (vinte e um) anos;
  - c) 30 (trinta) anos;
  - d) 35 (trinta e cinco) anos;
  - e) não existe idade mínima
- 20) A Constituição Federal dispõe, no art. 5º LXXIII, que a Ação Popular pode ser proposta:
- a) por qualquer pessoa física ou jurídica desde que brasileira;
  - b) por partido político com representação no Congresso Nacional, ou Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
  - c) por qualquer pessoa física, desde que residente e domiciliada em território nacional;
  - d) por pessoas físicas desde que brasileiros natos ou naturalizados;
  - e) por pessoas físicas, desde que no gozo de seus direitos políticos.

DIREITO CIVIL

- 21) Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil, as fontes do direito são:
- a) a lei, a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
  - b) a lei, a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a jurisprudência.
  - c) a lei, os contratos, a analogia, os costumes, e os princípios gerais do direito.
  - d) a lei, os contratos, a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a jurisprudência.
  - e) a lei, a analogia, os princípios gerais de direito e a jurisprudência.
- 22) No direito brasileiro:
- a) uma lei permanecerá em vigor até que outra a modifique ou revogue.
  - b) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível, ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
  - c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
  - d) uma lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo expressa disposição em contrário.
  - e) todas as respostas acima estão corretas.
- 23) Quanto à revogação de leis, é incorreto afirmar-se que:
- a) pode ser expressa.
  - b) pode ser tácita.
  - c) sendo total é doutrinariamente denominada de ab-rogação.
  - d) sendo parcial é doutrinariamente denominada de derrogação.
  - e) sendo tácita é doutrinariamente denominada de repristinação automática.
- 24) No direito brasileiro, a personalidade civil do homem começa:
- a) com o nascimento com vida.
  - b) com o nascimento com vida, ressalvados, contudo, desde a concepção os direitos do nascituro.
  - c) aos dezesseis anos de idade.
  - d) aos vinte e um anos de idade.
  - e) com o registro do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais.

- 25) No direito brasileiro são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- a) menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os pródigos, e os surdos-mudos.
  - b) os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os pródigos, os surdos-mudos, os ausentes, e os silvícolas.
  - c) os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os pródigos, os surdos-mudos e os silvícolas.
  - d) os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos e os silvícolas.
  - e) os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade e os ausentes declarados tais por ato jurisdicional.
- 26) São pessoas jurídicas de direito público:
- a) a União, os Estados, os Municípios e as autarquias.
  - b) a União, os Estados, os Municípios, as autarquias e as empresas públicas.
  - c) a União, os Estados, os Municípios, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
  - d) a União, os Estados, os Municípios, as autarquias, as sociedades de economia mista e os partidos políticos.
  - e) a União, os Estados, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os partidos políticos.
- 27) Quanto aos atos jurídicos, é correto afirmar que:
- a) são nulos quando são praticados em fraude contra credores.
  - b) são anuláveis quando praticados por agentes absolutamente incapazes.
  - c) são anuláveis quando praticados sem a observância das formalidades exigidas pelo ordenamento jurídico.
  - d) são nulos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial.
  - e) são nulos quando praticados por agente absolutamente incapaz, quando o seu objeto seja ilícito ou impossível, quando não revestirem a forma prescrita em lei, quando não observarem alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade e quando a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito.
- 28) Segundo a doutrina civilista, os defeitos dos atos jurídicos:
- a) são classificados de vícios do consentimento quando geram sua ineficácia.
  - b) são classificados de vícios sociais quando são causas de sua nulidade.
  - c) são classificados de vícios sociais quando decorrem de simulação e de fraude contra credores.
  - d) são classificados de vícios econômicos quando geram a inadimplência obrigacional das sociedades civis.
  - e) são classificados de vícios temporais quando geram o descumprimento de uma obrigação periódica.



- 29) A denominada Ação Pauliana, ou Revocatória, tem por objeto:
- a) revogar, com efeito retroativo, os atos jurídicos praticados pelas pessoas jurídicas sem a observância das formalidades previstas em seus atos constitutivos.
  - b) revogar os poderes outorgados em instrumento público de mandato.
  - c) desconstituir os efeitos dos vícios redibitórios dos contratos bilaterais onerosos.
  - d) atacar os atos jurídicos praticados em fraude contra credores.
  - e) suprir a capacidade civil das sociedades de fato.
- 30) Quanto à coação, é correto afirmar que:
- a) somente é causa de nulidade do ato jurídico quando praticada por uma das partes da relação jurídica material.
  - b) torna nulo o ato jurídico quando praticada por terceiro, em conluio com uma das partes da relação jurídica material.
  - c) torna nulo o ato jurídico mesmo quando praticada por terceiro, sem o conhecimento da parte não prejudicada.
  - d) não é causa de nulidade dos atos jurídicos.
  - e) não se caracteriza quando exercida por menor púbere.
- 31) A teoria adotada pela Constituição Federal (art. 37, § 6º) para regular a responsabilidade civil do Estado é:
- a) a teoria do "risco integral";
  - b) a teoria do "risco administrativo";
  - c) a teoria da culpa aquiliana;
  - d) a teoria da culpa contratual;
  - e) nenhuma das anteriores.
- 32) Assinale a alternativa incorreta:
- a) a responsabilidade civil do Estado pode ser atenuada ou afastada, se este provar a culpa concorrente ou exclusiva da vítima;
  - b) o caso fortuito ou força maior exclui a responsabilidade do Estado, se forem os únicos fatores causais do acidente;
  - c) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, gerem aos particulares;
  - d) o Estado não pode jamais ser responsabilizado civilmente por atos jurisdicionais;
  - e) a absolvição do agente público no Juízo Criminal por ausência de culpa não afasta a responsabilidade civil do Estado.

- 33) A menoridade cessa (assinale a assertiva incorreta):
- a) pelo casamento;
  - b) pelo exercício de emprego público efetivo;
  - c) pela colação de grau científico em curso de ensino superior;
  - d) pela emancipação por concessão dos pais, ou, na falta destes, do tutor;
  - e) pelo ingresso em instituição de ensino superior.
- 34) Os partidos políticos são (assinale a assertiva correta):
- a) pessoas jurídicas de direito público interno;
  - b) pessoas jurídicas de direito privado, com natureza de associação civil;
  - c) pessoas jurídicas de direito privado, com natureza comercial;
  - d) espécie do gênero autarquia;
  - e) nenhuma das anteriores
- 35) Incluem-se entre os atos que devem ser inscritos em registros públicos, para dar publicidade ao estado das pessoas (assinale a assertiva incorreta):
- a) o nascimento;
  - b) o casamento, a separação judicial e o divórcio;
  - c) o óbito;
  - d) o ingresso em cargo público, por concurso;
  - e) a interdição dos loucos, surdos-mudos e pródigos.
- 36) Assinale a assertiva incorreta:
- a) as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado;
  - b) as fundações podem ser de direito público ou de direito privado;
  - c) as empresas públicas têm personalidade jurídica de direito público;
  - d) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público;
  - e) o Município é pessoa jurídica de direito público interno, assim como a União e os Estados-Membros.
- 37) Denomina-se vacatio legis:
- a) a inexistência de lei regulamentadora de determinada matéria;
  - b) o conflito positivo de leis no espaço;
  - c) o conflito negativo de leis no espaço;
  - d) o período compreendido entre a publicação oficial de uma lei e o início de sua vigência;
  - e) o conflito, positivo ou negativo, de leis no tempo.

38) São bens imóveis (assinale a assertiva equivocada):

- a) o solo com a sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;
- b) tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento ou comodidade;
- c) os direitos reais sobre imóveis, inclusive o penhor agrícola, e as ações que os asseguram;
- d) o direito à sucessão aberta;
- e) nenhuma das anteriores.

39) São benfeitorias úteis:

- a) as que aumentam ou facilitam o uso da coisa;
- b) as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual da coisa, ainda que a tornem mais agradável ou sejam de elevado valor;
- c) as que têm por fim conservar a coisa ou evitar que se deteriore;
- d) o revestimento de mármore de um piso de cerâmica em bom estado e a construção de uma piscina;
- e) uma cerca de arame farpado para proteger a agricultura ou a reconstrução de um assoalho que apodreceu.

40) Nas obrigações contratuais, os juros contam-se (assinale a assertiva correta):

- a) da data do ato ilícito;
- b) da data da citação do Réu;
- c) da data do ajuizamento da ação;
- d) da data do trânsito em julgado da sentença condenatória;
- e) não incidem juros nesta hipótese.

## TEORIA GERAL DO PROCESSO

- 41) Determinado contribuinte requer parcelamento de um tributo e este é deferido, na condição de que o requerente no instrumento de confissão de dívida renuncie ao ajuizamento de qualquer ação em face do Estado questionando a legitimidade da correspondente imposição tributária. Essa exigência viola que princípio processual?
- a) da imparcialidade;
  - b) do contraditório;
  - c) da inafastabilidade de jurisdição;
  - d) do juiz natural;
  - e) da motivação das decisões.
- 42) No que concerne ao princípio da publicidade, pode-se afirmar que a Constituição Federal de 1988:
- a) o adotou de forma absoluta, não admitindo restrições;
  - b) não o adotou;
  - c) o adotou, permitindo, todavia, que alguns processos do Supremo Tribunal Federal sejam decididos em sessões secretas;
  - d) o adotou de forma relativa, permitindo à lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença em determinados atos, às partes e a seus advogados ou somente a estes;
  - e) o adotou, exceto para as causas que versem sobre o direito de família.
- 43) Ao declarar a incompetência absoluta, o juiz:
- a) deve extinguir o processo sem julgamento do mérito;
  - b) deve remeter os autos ao arquivo;
  - c) deve apreciar o mérito;
  - d) deve remeter os autos ao juízo competente, declarando nulos os atos decisórios;
  - e) deve aguardar provocação das partes.
- 44) A coisa julgada e a litispendência constituem-se em:
- a) condições da ação;
  - b) elementos da ação;
  - c) defesas indiretas de mérito;
  - d) pressupostos processuais negativos;
  - e) questões relativas à competência do juízo.
- 45) O interesse de agir e a competência:
- a) são condições da ação;
  - b) são condição da ação e pressuposto processual, respectivamente;
  - c) são pressupostos processuais;
  - d) são elementos da ação;
  - e) são requisitos da imparcialidade do juiz.

- 46) No que diz respeito à competência para legislar sobre processo, a Constituição Federal de 1988 prevê:
- a) competência privativa para a União;
  - b) competência privativa para a União para legislar sobre direito processual e concorrente para a União e os Estados para legislarem sobre procedimentos em matéria processual;
  - c) competência privativa para os Estados;
  - d) competência concorrente para a União, Estados e Municípios;
  - e) competência concorrente para a União e os Estados para legislarem sobre direito processual e procedimentos.
- 47) Os prazos peremptórios:
- a) são aqueles contínuos e que não podem ser prorrogados pelas partes;
  - b) são os fixados para o juiz;
  - c) são os prazos que podem ser objeto de prorrogação pelas partes;
  - d) são os fixados para o escrivão;
  - e) são aqueles que decorreriam sem manifestação das partes.
- 48) São funções essenciais à Justiça:
- a) A advocacia, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Procuradorias Gerais dos Estados;
  - b) A advocacia, a Polícia Civil, a Defensoria Pública e as Procuradorias Gerais dos Estados;
  - c) A advocacia, o Ministério Público, a Polícia Civil e a Defensoria Pública;
  - d) A advocacia, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Polícia Civil;
  - e) A Polícia Civil, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Procuradorias Gerais dos Estados.
- 49) São elementos identificadores das ações:
- a) Partes, juiz e pedido;
  - b) Capacidade, competência e possibilidade jurídica do pedido;
  - c) Partes, causa de pedir e pedido;
  - d) Valor da causa, causa de pedir e pedido;
  - e) O procedimento, valor da causa e partes.

50) Num requerimento de interdição, em que o interditando constituiu advogado para defender-se e impugnar o requerimento, a atividade desenvolvida em juízo será:

- a) De jurisdição contenciosa, porque houve impugnação do pedido;
- b) De jurisdição voluntária, porque o pedido poderia ser impugnado pelo Ministério Público;
- c) De jurisdição contenciosa, porque com a impugnação estabeleceu-se o contraditório entre os interesses em conflito;
- d) De jurisdição voluntária, porque não há lide e inexistente conflito de interesses, uma vez que qualquer decisão visa a atender o interesse do interditando;
- e) De jurisdição contenciosa, porque a impugnação ao requerimento tornou conflituoso o interesse em jogo.

**Procuradoria-Geral  
do Estado**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

A V I S O

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS E COORDENADOR DO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, divulga os gabaritos do Exame de Seleção realizado no dia 26 de agosto de 1995:

## DIREITO CONSTITUCIONAL

01-B, 02-A, 03-C, 04-D, 05-A, 06-E, 07-B, 08-C, 09-A, 10-C, 11-D, 12-A, 13-E, 14-B, 15-A, 16-C, 17-B, 18-D, 19-A, 20-E.

## DIREITO CIVIL

21-A, 22-E, 23-E, 24-B, 25-E, 26-A, 27-E, 28-C, 29-D, 30-D, 31-B, 32-D, 33-E, 34-E, 35-D, 36-C, 37-D, 38-E, 39-A, 40-B.

## TEORIA GERAL DO PROCESSO

41-C, 42-D, 43-D, 44-D, 45-B, 46-B, 47-A, 48-A, 49-C e 50-D.

O resultado final do Exame de Seleção, com as respectivas classificações, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I, tão logo seja concluída a correção das provas.